



Copel Renováveis S.A.

CNPJ nº 19.126.003/0001-02

NIRE: 41300088276

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2019

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanços Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional.....	9
2 Base de Preparação.....	9
3 Principais Políticas Contábeis	10
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	13
5 Transações com Partes Relacionadas	14
6 Benefícios Pós-Emprego.....	15
7 Provisões e Passivos Contingentes.....	19
8 Patrimônio Líquido	19
9 Despesas Operacionais	20
10 Resultado Financeiro	20
11 Instrumentos Financeiros	20
12 Seguros	21
13 Eventos subsequentes	21
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	22
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL	33

Copel Renováveis S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Copel Renováveis S.A (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), constituída em 2013 originalmente com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, iniciou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que está em estudo a possível incorporação das atividades operacionais e versão do seu patrimônio para a acionista ou a mudança de sua atividade principal para execução de outros serviços que possam trazer valor agregado nos demais negócios do grupo.

A Companhia busca colaborar com o desenvolvimento do grupo e está atenta às oportunidades que possam surgir para a retomada de suas atividades.

Eduardo Vieira de Souza Barbosa

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Membro	ANA LETÍCIA FELLER

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA OLGA STANKEVICIUS COLPO

CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares	HARRY FRANCÓIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Membros Suplentes	EMIR CALLUF FILHO JOÃO LUIZ FIONA JR OTAMIR CESAR MARTINS

DIRETORIA

Diretor Presidente	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Finanças	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor Adjunto	VAGA EM ABERTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.690	9.332
Imposto de renda e contribuição social		471	247
Outros tributos a recuperar		102	138
Partes relacionadas	5	-	18.659
		29.263	28.376
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		337	323
		337	323
Imobilizado		226	288
Intangível		460	582
		1.023	1.193
TOTAL DO ATIVO		30.286	29.569

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	28	31
Fornecedores		4	32
Imposto de renda e contribuição social		151	9
Outras obrigações fiscais		1	3
Benefícios pós-emprego	6	35	31
Outras contas a pagar		5	5
		224	111
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		337	323
Benefícios pós-emprego	6	546	386
Outras contas a pagar		3	-
		886	709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8.1	39.049	39.049
Ajustes de avaliação patrimonial	8.2	1.624	1.783
Prejuízos acumulados		(11.497)	(12.083)
		29.176	28.749
TOTAL DO PASSIVO		30.286	29.569

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais		-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		-	-
Outras Despesas Operacionais	9		
Despesas gerais e administrativas		(412)	(457)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	-
		(412)	(457)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(412)	(457)
Resultado Financeiro	10		
Receitas financeiras		1.163	502
Despesas financeiras		(14)	(3)
		1.149	499
LUCRO OPERACIONAL		737	42
Imposto de renda e contribuição social		(151)	(9)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		586	33

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		586	33
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	8.2	(159)	137
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		427	170

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018		39.049	1.646	(12.116)	28.579
Lucro líquido do exercício		-	-	33	33
Outros resultados abrangentes					
Ganhos atuariais	8.2	-	137	-	137
Resultado abrangente do exercício		-	137	33	170
Saldo em 31 de dezembro de 2018		39.049	1.783	(12.083)	28.749
Lucro líquido do exercício		-	-	586	586
Outros resultados abrangentes					
Perdas atuariais	8.2	-	(159)	-	(159)
Resultado abrangente do exercício		-	(159)	586	427
Saldo em 31 de dezembro de 2019		39.049	1.624	(11.497)	29.176

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		586	33
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias		(13)	(17)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	6.4	36	56
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	6.4	-	(1)
Depreciação e amortização	9	184	89
Imposto de renda e contribuição social		151	9
Resultado das baixas de intangível		-	51
		944	220
Redução (aumento) dos ativos			
Depósitos judiciais		-	1
Outros créditos		-	2
Imposto de renda e contribuição social		(224)	(107)
Outros tributos a recuperar		36	-
Partes relacionadas		18.659	7.938
		18.471	7.834
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(3)	(2.065)
Fornecedores		(28)	(31)
Outras obrigações fiscais		12	10
Benefícios pós-emprego	6.4	(32)	(29)
Outras contas a pagar		3	(1)
		(48)	(2.116)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		19.367	5.938
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.358	5.938
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		19.358	5.938
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.332	3.394
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	28.690	9.332
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		19.358	5.938

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copel Renováveis S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Renováveis S.A (“Companhia” ou “Copel Renováveis”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Foi constituída originalmente com o objetivo de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis atuando ativamente neste negócio, com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017. Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de reestruturação organizacional de modo que está em estudo a possível incorporação das atividades operacionais e versão do seu patrimônio para a Copel ou a mudança de sua atividade principal para a execução de outros serviços que possam trazer valor agregado nos demais negócios da Copel, permanecendo com estudos de oportunidades que venham a surgir para a retomada de suas atividades.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09.04.2020.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

Copel Renováveis S.A.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.1 e 11 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.5.2 - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro; e
- NE nº 6 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, não tem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Copel Renováveis S.A.

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2019 e 2018 não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

Copel Renováveis S.A.

3.3 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.4 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.5 Novas normas adotadas a partir deste exercício

3.5.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não produziram impactos na adoção inicial, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de arrendamentos vigentes.

3.5.2 ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

Copel Renováveis S.A.

3.6 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2020 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual framework*);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	47	499
Aplicações financeiras de liquidez imediata	28.643	8.833
	28.690	9.332

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 99,0% e 99,25% (entre 98% e 99%, em 31.12.2018) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2019	31.12.2018
Entidades sob controle em comum		
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	-	1.161
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	-	1.177
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	-	1.468
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	-	1.124
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	-	1.652
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	-	985
Ventos de Santo Uriel S.A.	-	691
GE Boa Vista S.A.	-	675
GE Farol S.A.	-	989
GE Olho D'Água S.A.	-	1.533
GE São Bento do Norte S.A.	-	1.455
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	-	152
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	120
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	115
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	-	85
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	77
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	-	71
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	-	489
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	-	460
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	-	485
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	-	1.149
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	-	431
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	-	1.102
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	-	1.013
	-	18.659
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	(4)	(6)
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(9)	(9)
Copel Distribuição S.A.	(15)	(16)
	(28)	(31)
	(28)	18.628

Os saldos em 31.12.2019 referem-se ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Copel e suas subsidiárias. Os contratos de compartilhamento de estrutura firmados entre a Copel Renováveis e os empreendimentos eólicos se encerraram e foram quitados no exercício corrente.

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE nº 6, cujos saldos do passivo são apresentados na NE 6.3.

Copel Renováveis S.A.

6 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia mantém planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para aposentados e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. Em 31.12.2019 a Companhia não possuía empregados ativos.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

6.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da controladora.

6.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados aposentados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

Copel Renováveis S.A.

6.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Planos assistenciais	581	417
	Circulante	31
	Não circulante	386

6.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2018	528
Apropriação do cálculo atuarial	56
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	(1)
Ajuste referente a ganhos atuariais	(137)
Amortizações	(29)
Em 31.12.2018	417
Apropriação do cálculo atuarial	36
Ajuste referente a ganhos atuariais	160
Amortizações	(32)
Em 31.12.2019	581

6.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

6.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

	2019		2018	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	2,90%	-	4,00%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	3,05%	6,04%	4,60%	8,78%
Planos Unificado - Saldado	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos III	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos Assistencial	3,30%	6,30%	4,60%	8,78%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	1,00%	3,93%	2,00%	6,08%
Plano III a.a.	1,50%	4,44%	1,50%	5,56%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

Copel Renováveis S.A.

6.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2019		
Participantes aposentados	13,13	25,84
Participantes pensionistas	8,40	25,84
Em 31.12.2018		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 66,6 e 65,9 anos.

6.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e do Plano III para 31.12.2019 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 622 e de R\$ 252, enquanto que em 31.12.2018 a posição era, respectivamente, de R\$ 286 e de R\$ 114. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2019, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações total ou parcialmente cobertas	4.175	8.457	677	13.309	11.853
Valor justo dos ativos do plano	(4.797)	(8.709)	(96)	(13.602)	(11.836)
Estado de cobertura do plano	(622)	(252)	581	(293)	17
Ativo não reconhecido	622	252	-	874	400
	-	-	581	581	417

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2019, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 160, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

6.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2018	3.445	6.881	633
Custo de serviço	-	-	3
Custo dos juros	342	778	63
Benefícios pagos	(263)	(475)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	190	463	(207)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018	3.714	7.647	492
Custo de serviço	-	-	-
Custo dos juros	347	708	46
Benefícios pagos	(288)	(486)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	402	588	139
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2019	4.175	8.457	677

Copel Renováveis S.A.

6.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2018	3.758	7.224	105
Retorno esperado dos ativos	377	822	10
Contribuições e aportes	15	32	-
Benefícios pagos	(263)	(475)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	113	158	(40)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018	4.000	7.761	75
Retorno esperado dos ativos	436	2.464	25
Contribuições e aportes	15	-	-
Benefícios pagos	(277)	(486)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	623	(1.030)	(4)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2019	4.797	8.709	96

6.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2020, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo estimado dos juros	259	524	42
Rendimento esperado do ativo do plano	(324)	(506)	(6)
Custos (receitas)	(65)	18	36

6.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(280)	284
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(59)	60
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	47	(44)

6.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2020	239	489	40	768
2021	232	474	39	745
2022	225	459	38	722
2023	218	445	36	699
2024	211	431	35	677
2025 a 2049	2.889	5.844	471	9.204

Copel Renováveis S.A.

6.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2019 e a alocação-meta para 2020, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2020	2019
Renda fixa	70,4%	82,2%
Renda variável	9,1%	7,8%
Empréstimos	1,6%	1,6%
Investimentos imobiliários	7,2%	1,4%
Investimentos estruturados	8,9%	7,1%
Investimentos no exterior	2,8%	0,0%
	100,0%	100,0%

A seguir são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,5%	55,0%	51,0%	23,0%
Renda variável	5,0%	1,0%	14,0%	8,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	5,0%	1,0%	10,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

7 Provisões e Passivos Contingentes

A Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo a incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo está registrado no passivo não circulante, na rubrica de Outras obrigações fiscais no montante de R\$ 337.

Em 31.12.2019, não há outras discussões judiciais avaliadas pelos assessores jurídicos com risco de perda provável ou possível, portanto a Companhia não constituiu provisões para litígios e não possui contingências passivas a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras.

8 Patrimônio Líquido

8.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2019, de R\$ 39.049 (R\$ 39.049, em 31.12.2018) é composto por 39.048.754 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

Copel Renováveis S.A.

8.2 Muta o do ajuste de avalia o patrimonial

Em 1^o.01.2018	1.646
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	137
Em 31.12.2018	1.783
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	(159)
Em 31.12.2019	1.624

9 Despesas Operacionais

	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal e administradores	(90)	(88)
Planos previdenciário e assistencial	(42)	(62)
Material	-	(36)
Serviços de terceiros	(86)	(175)
Deprecia�o	(184)	(89)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(10)	(7)
	(412)	(457)

10 Resultado Financeiro

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras		
Renda de aplica�es financeiras	1.200	522
Outras receitas financeiras	19	4
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(56)	(24)
	1.163	502
(-) Despesas financeiras		
Varia�es monetárias e outras despesas financeiras	14	3
	14	3
Líquido	1.149	499

11 Instrumentos Financeiros

11.1 Categorias e apura o do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE n ^o	Nível	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	28.690	28.690	9.332	9.332
Passivos Financeiros - Custo amortizado						
Fornecedores (a)			4	4	32	32

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(a) O valor justo   equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realiza o.

Copel Renováveis S.A.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

11.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

11.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

12 Seguros

A Companhia, junto com sua Controladora, contratou apólice de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O no valor de R\$ 100.768 com vencimento em 28.03.2021. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2019, de R\$ 4,0307.

13 Eventos subsequentes

13.1 Efeitos do coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

A Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2019. A Companhia, junto com sua Controladora, constituiu uma comissão de contingência e continuará avaliando impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Renováveis S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia está avaliando em estudo a possível incorporação das atividades operacionais e versão do seu patrimônio para a Companhia Paranaense de Energia - Copel ou a mudança de sua atividade principal, e, adicionalmente, não possui operações. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a Administração da Companhia está avaliando em estudo a possível incorporação das atividades operacionais e versão do seu patrimônio para a Companhia Paranaense de Energia - Copel ou a mudança de sua atividade principal e, adicionalmente, não possui operações. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Em decorrência disso, o Relatório de Administração pode apresentar possíveis distorções relevantes pela mesma razão.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 9 de abril de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por cinco membros, Conselheiros de Administração, em sua totalidade independentes, conforme legislação aplicável. As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A pedido do CAE foi desenvolvido, em 2019, pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel, plano de trabalho para apoiar as atividades do CAE, considerando legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE, COM e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* - SOx.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

Copel Renováveis S.A.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – Sox, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 2019, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2019/2020: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro), Leila Abraham Loria, Olga Stankevicius Colpo e Luiz Cláudio Maia Vieira, todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission* - SEC e pela *New York Stock Exchange* - NYSE.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, Fabiola da Silva Carvalho Walesko (registro 47936), conforme a Circular-093/2019, de 01.11.2019.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2019

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

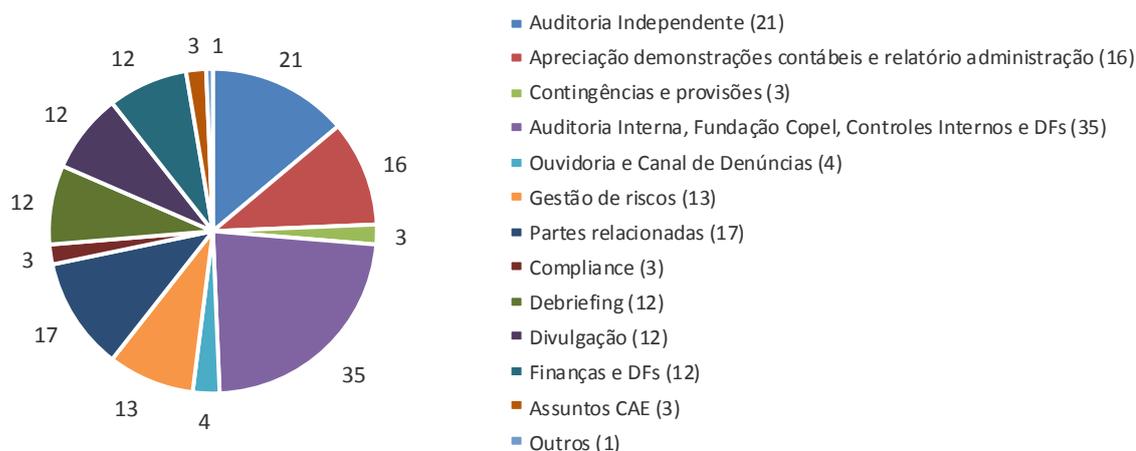
As pautas das reuniões realizadas em 2019 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões e 153 pautas: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, foram realizadas 23 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 162 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2019, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 20 pautas com participação da Auditoria Independente e 01 pauta extraordinária com comentário sobre contatos iniciais com a Auditoria Independente relativo a assunto especial. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2018; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2019; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2019; reportes mensais sobre a UEGA e indagação sobre conhecimento de fraudes e os processos adotados para mitigação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2019, foram realizadas 16 pautas, sendo que 09 delas tiveram como objeto as demonstrações contábeis e em 7 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram contratação de outros serviços que possam ser prestados por empresas de Auditoria Independente que estejam auditando as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; revisão das políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, em especial os novos pronunciamentos contábeis - CPC47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC48 - Instrumentos Financeiros; a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019; a reapresentação das Demonstrações Financeiras dos Exercícios 2018, 2017 e 2016 da Copel GeT para atender a CVM quanto à abertura de capital, o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018, com apresentação do Parecer da Deloitte, sem ressalvas; a ratificação da Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2018 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; a revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes aos 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

3.4. CONTINGÊNCIAS E PROVISÕES

No decorrer de 2019, foram realizadas 03 pautas tendo como objeto contingências e provisões, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o monitoramento com relação às provisões da Companhia e às ações que estão sendo realizadas para melhoria dos processos jurídicos, bem como os critérios de classificação das contingências jurídicas.

É importante destacar que as contingências judiciais (e administrativas) passivas e suas respectivas provisões foram analisadas e discutidas em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário com a área Jurídica, a Contabilidade, e a área de Conformidade e Controles Internos, além dos Auditores Independentes. Em ano anterior foi solicitada, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, a revisão dos critérios utilizados para classificação do prognóstico de êxito e a estimativa de valores dos processos administrativos e judiciais e, com isso, nortear o provisionamento contábil dos valores em discussão, apresentado por meio de relatório de monitoramento da Diretoria de Riscos e Compliance.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos a contingências e provisões.

3.5. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2019, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2019 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2019/2020; efetuou a avaliação dos procedimentos para formalização dos débitos a favor de escritório contratado mediante Termo de Ajuste de Conta - TAC referente a processo arbitral; tomou conhecimento da conclusão da Certificação da Auditoria Interna; acompanhou trabalhos especiais da Auditoria Interna, teve informações e efetuou aprovações no âmbito do Programa de Gestão da Qualidade e Melhoria contínua - PGQM/Certificação Internacional da Auditoria Interna; aprovou a adequação do Regulamento da Auditoria Interna e do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário às normas internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna em sua 182ª Reunião, de 12.12.2018 e encaminhou, em sua 183ª Reunião, de 23.01.2019, ao Conselho de Administração recomendando sua aprovação final; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 184ª Reunião, de 20.02.2019, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel, sendo abordado os principais dados e resultados dos planos: i) informes institucionais; ii) estatística populacional; iii) parecer atuarial; iv) política de investimentos; v) comparativos de rentabilidade; vi) auditorias e vii) fiscalização realizada pela Previc.

Especificamente em relação à certificação internacional da Auditoria Interna, o CAE recebeu *feedback* das ações implementadas. Também analisou a nomeação de Superintendente da Auditoria Interna e, por meio da Coordenadoria de Recursos Humanos, obteve reporte do Programa de Coaching e do plano implementado.

Copel Renováveis S.A.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.6. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2019, foram tratadas 16 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; realizou a análise preliminar do Relatório de Controles Internos e do documento já em forma final; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.7. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2019, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 04 pautas da Ouvidoria e do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e a atualização da Política do Canal de Denúncias para adequação ao Informe de Governança Corporativa - Instrução CVM nº 586/2017, bem como constituição do Comitê de Investigação.

O CAE também acompanhou, ao longo do ano, em reuniões específicas, denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.8. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2019, foram tratadas 13 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram a revisão da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos da Companhia e o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à

Copel Renováveis S.A.

Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2019, foram tratadas 17 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à transações com partes relacionadas.

3.10. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; regimento interno CAE; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas foram tratadas Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, de forma intensiva durante o ano, fez o acompanhamento do processo de investigação realizado no âmbito da UEG Araucária Ltda. - UEGA, tendo frequentemente debatido o assunto e apresentado recomendações à Administração. Os reportes mensais sobre o andamento da questão continuam sendo realizados regularmente ao Colegiado, para monitoramento das providências em andamento.

O CAE também apreciou informações sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia, bem como o calendário anual de reuniões para 2020.

No âmbito de sua programação para 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, preparado pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC para o Comitê, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, mencionada anteriormente.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Desenvolvimento de Plano de Remediação das deficiências materiais nos controles internos da Companhia apontadas pelos Auditores Independente, por ocasião da execução dos trabalhos de auditoria relativos ao exercício social: **a.** Controles internos ineficazes no monitoramento e autorizações de certas transações em subsidiárias não integrais; **b.** Controles internos ineficientes sobre relatórios financeiros relacionados à contabilização de títulos e valores mobiliários/investimentos e impostos sobre ativos regulatórios; **c.** Implantação ineficaz de controles, políticas e procedimentos gerais de tecnologia da informação (TI) sobre acesso de usuários, segregação de funções e gerenciamento de mudanças em subsidiárias não integrais; **d.** Controles ineficazes sobre a aprovação de determinados tipos de entradas contábeis manuais; **e.** Controles ineficazes sobre estimativas utilizadas na análise de *impairment*; **f.** Controles ineficazes na identificação de processos relacionados à contabilização de provisão para riscos.

Para cada uma das deficiências citadas foi estabelecido um plano de ação pela diretoria competente responsável, os quais foram descritos no Formulário 20F, que exige a indicação de plano de ação quando existe deficiência material apontada pelo Auditor Independente. O Formulário 20F é requerido anualmente pela *Securities and Exchange Commission - SEC* para empresas estrangeiras com negociação de capital aberto nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Nesse formulário são arquivados, por exemplo, relatórios contendo informações relevantes sobre as demonstrações financeiras e aspectos sobre governança corporativa. Os planos de ação apresentados no Formulário 20F foram amplamente discutidos no âmbito das Diretorias envolvidas, bem como com especialistas das áreas da Companhia. Foi criado um comitê de monitoramento das ações de remediação para as deficiências materiais e significativas apontadas pela Auditoria Independente, Deloitte, com a presença do Diretor Presidente e de Diretores responsáveis pelos planos de ação. O CAE passou, desde então, a fazer acompanhamento mensal do status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências *apontadas pela Auditoria Independente*.

- Reporte da implementação, pela Auditoria Interna, do Projeto de Certificação de *Quality Assessment* (Certificação da Auditoria Interna).

A Auditoria Interna concluiu a implantação da certificação da Auditoria Interna com a Emissão do Certificado da Avaliação de Qualidade realizada pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

- Verificação da aderência da Companhia à Lei Federal nº 13.303/2016 e providências pertinentes para assegurar, também, a aderência das empresas coligadas e/ou controladas à citada Lei Federal e às novas legislações vigentes.

A Companhia promoveu os ajustes necessários em seus documentos societários e internos para aderência ao previsto na Lei, inclusive contratou a PricewaterhouseCoopers - PwC para desenvolver plano de trabalho para o CAE adequado às novas legislações vigentes, inclusive à de nº Lei 13.303/2016. O plano de trabalho já está incorporado às rotinas do Colegiado, sendo sua execução monitorada pela Secretaria de Governança Societária - SEC.

Adicionalmente, a Secretaria de Governança Societária - SEC realiza, para o Colegiado, o acompanhamento/monitoramento das deliberações de reuniões passadas, deixando as informações à disposição dos membros do CAE, em ambiente virtual de acesso restrito, mensalmente, sempre antes das reuniões ordinárias.

Copel Renováveis S.A.

- Desenvolvimento de plano de implementação e de manutenção dos preceitos previstos no Código de Conduta da Copel para garantir que os colaboradores conheçam e sigam as diretrizes estabelecidas pelo Código.

A Companhia realizou treinamento e palestras, com a participação de empregados e terceirizados, com temas sobre o Código de Conduta e o Canal de Denúncia, conduzidas pela Coordenação de Integridade Corporativa, quando enfatizou a posição da Copel ao valorizar o diálogo transparente e o relacionamento ético com seus diversos públicos, com destaque para os fornecedores da Companhia. Nessas ocasiões, foram entregues exemplares do Código de Conduta. Também passaram a ser emitidos por correio interno “Alertas de Compliance” para todos os empregados da Companhia, dentre os mais variados temas, tendo como foco principal questões obrigatórias e processos sensíveis em cada âmbito de atuação.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2019, no Relatório Anual 2019, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 25 de março de 2020.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Presidente

CARLOS BIEDERMANN

Especialista Financeiro

LEILA ABRAHAM LORIA

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

OLGA STANKEVICIUS COLPO

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Renováveis S.A, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido com ressalva, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas, com a ressalva indicada pela Auditoria Independente.

Curitiba, 09 de abril de 2020.

DEMETRIUS NICHELE MACEI

Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO..